

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## SOCORROS PÚBLICOS: AS POLÍTICAS DO GOVERNO NO COMBATE À SECA NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1857-1861)

Janiele de Jesus Santos

Mestranda em História Regional e Local – Universidade do Estado da Bahia

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

janiellesantos.js@gmail.com

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir as principais ações, denominadas de socorros públicos, implementadas pelo governo durante a seca de 1860 na Província da Bahia e analisar, através desta política, um pouco da primeira tentativa de combate à seca. Essa foi a primeira seca a ser visibilizada pelo governo provincial no século XIX, quando desembocou uma crise de abastecimento extensa provocando a escassez de alimentos, fome e migração ficando conhecida como a Fome de 60.

**Palavras-chave:** Seca, sertão, migração, socorros públicos

Este artigo tem por objetivo discutir as principais ações, denominadas de socorros públicos, implementadas pelo governo durante a seca de 1860 na Província da Bahia e analisar, através desta política, um pouco da primeira tentativa de combate à seca. Entre 1857/1861, ocorreu a seca conhecida como a Fome de 60, marco temporal das ações públicas para as secas posteriores no século XIX. Famosa por ser a primeira visibilizada pelo governo provincial baiano, mobilizou todas as camadas sociais e econômicas, atraindo discussões sobre a responsabilidade dos socorros públicos e o papel da caridade particular.

As secas do final do século XIX mudou o imaginário social, trouxe para o centro da política e da sociedade oitocentista o debate sobre a responsabilidade de socorrer a população à mercê da fome, sem trabalho e em migração. Esta discussão não estava presente somente na sociedade baiana, mas também, em outras Províncias que passavam pela mesma situação. Para Castro,

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A seca tornou-se um fenômeno social, isto significa que as autoridades públicas, os homens letrados e as elites deixaram de perceber e se preocupar somente com os efeitos que a estiagem provocava sobre a natureza – animais, solo e vegetação –, incomodando-se com os problemas sociais que esse fenômeno causava sobre a população faminta. Assim, a seca e o retirante passaram a ser vistos como elementos importantes dos discursos e práticas políticas comprovando a necessidade de recursos urgentes que pudessem amenizar o quadro. (CASTRO, 2009, pág. 24)

No decorrer dos séculos, várias secas foram vivenciadas pelos sertanejos. Mas, a estiagem permanecia invisível diante do governo provincial, estavam restritas ao semiárido, manifestando-se apenas nos sertões, pois só se percebia os efeitos das secas na capital quando havia problemas com a descida do gado para alimentar a população do litoral.

A historiografia das secas ocorridas na região Nordeste teve seu primeiro registro de seca no século XVI, mas só a partir do século XIX, através das comissões enviadas pelo Império, começaram os estudos sobre a temática com o objetivo de conter os impactos advindos desse fenômeno. Porém, na Bahia durante o século XIX, as comissões montadas foram apenas para auxiliar o governo na distribuição de alimentos e recursos necessários à sobrevivência. Somente no século XX, as secas começaram a serem objetos de estudos e pesquisas com a implantação do Ministério de Obras contra as Secas, no intuito de encontrar soluções duráveis para o problema.

As secas ocorridas nos sertões da Bahia, constituído pelo clima semiárido, são caracterizadas pelo tipo sazonal, incluindo a de 1857/1861. Essa foi a primeira seca a ser visibilizada pelo governo provincial no século XIX, quando desembocou uma crise de abastecimento extensa provocando a escassez de alimentos, fome e migração. A população habitava os sertões adaptou-se as condições do seu ambiente, utilizava-se de benefícios proporcionados pela vegetação da caatinga como frutos, folhas e raízes como a broa, uma massa retirada da raiz do umbuzeiro e o Ouricuri, fruto de uma palmeira conhecido popularmente como licuri. Além de usar o couro do gado para se proteger dos espinhos das árvores típicas da caatinga.

A estiagem não proporcionou somente grandes estragos que afetaram a economia, mas também atraiu discussões em torno da responsabilidade pelos socorros. As ações tomadas pelo governo para amenizar a seca se baseava em empréstimos e compra de alimentos, muitos

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

particulares fizeram doações utilizando o argumento que a seca não voltaria a acontecer, demonstrando assim o seu pouco conhecimento sobre a estiagem e o sertão.

A seca de 1857/1861 derrubou qualquer impressão que associasse o sertão a uma área de pouca densidade demográfica, assemelhando-o a quase um deserto. A estiagem parece ter revelado uma população eventualmente excedente, desempregada, desamparada e ociosa como nunca visto em um período de seca. E, portanto, forçada a migrar de seu território de origem com destino a áreas que pudessem conseguir emprego ou comida e água.

Uma das primeiras estratégias utilizadas no combate à seca pelo governo fora a tomada de empréstimos ao Ministério do Tesouro Imperial e nas vilas, a negociantes de praças, prática comum feita pelas autoridades locais para comprar gêneros alimentícios na região com fretes mais em conta. Isso acontecia por causa das distâncias entre o interior e a capital, além dos problemas de comunicações por conta das estradas em péssimas condições de tráfego. Em umas de suas primeiras remessas de alimentos para o interior, o governo gastou 20:000\$000 réis liberado sob forma de aviso de crédito.

Em 1858, o Presidente João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu efetuou uma compra no valor de 6:568\$640 réis de duas máquinas movidas por água e animal para fabricar farinha, facilitando o processo e substituindo a mão de obra humana. Uma dessas máquinas foi enviada para a Colônia Nacional de Rio de Contas para servir como uso comum dos colonos, a intenção era apresentar aos cultivadores de mandioca um modelo de maquinário juntamente com um método de fabricação de farinha. Essa compra teve o intuito de desenvolver o comércio e fazer maior armazenagem de farinha, mas Rio de Contas também estava assolada pela crise alimentícia derivada da seca.

A caridade particular e a solidariedade cristã sozinhas não eram capazes de socorrer a população sertaneja, mas seu engajamento em dar esmolas aos que necessitavam já acontecia. Foram enviadas para a Bahia doações na forma de dinheiro por parte dos grandes senhores e proprietários de terras. Chegaram doações de pessoas abastadas de outras províncias como Ceará, Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro.

Em 11 de dezembro de 1860, o presidente Antônio da Costa Pinto recebeu uma doação de 10:000\$00 réis para as vítimas da seca, feita pelo Barão de Mauá. No ofício enviado sobre essa quantia o escritor acrescenta ainda que, a ação generosa poderia ser imitada por outros caridosos cavalheiros. A atitude do barão colocava em discussão a linha tênue entre a esmola privada e a pública.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os princípios gerais que moviam essa mobilização social continuavam sendo a caridade e a solidariedade cristã, atestando não só a presença desses sentimentos na experiência de relacionamento entre os abastados (ou o governo) e a pobreza, em tempos de escassez, como também a sua força organizativa no estabelecimento cotidiano das relações sociais baseadas na reciprocidade desigual, característica do paternalismo. (NEVES, 2003, pág. 172)

Utilizando a esmola como mecanismo central da relação, um gesto tradicional e costumeiro, o Presidente da Província apelava para a caridade privada dentro da assembleia provincial. A caridade não se resumia a doações de grandes quantidades de dinheiro para ajudar a alimentar a população pobre, mas incluía a esmola que funcionava como mecanismo de proteção a pobreza, uma atenuante entre a camada abastada que praticavam a esmola e inibia as contestações e cobranças dos grupos subalternos por ações mais eficazes diante das secas.

A assistência aos pobres funcionava enquanto um apaziguamento entre aqueles que a praticavam - a camada proprietária -, inibindo as ocorrências de contestação à ordem vigente e respondendo ao papel que lhes cabia diante da seca; e os que a recebiam - os grupos subalternos -, um direito referendado pelo costume e justificado pela deferência que dedicavam aos poderosos. O equilíbrio entre os grupos sociais dependia dessa negociação entre a autoridade paternalista e as classes subalternas. (GONÇALVES, 2000, pág. 46)

Em 1860, o presidente provincial colocou em prática as *Instruções Públicas* que apresentava ações mais radicais através de uma política de abastecimento de gêneros de primeiras necessidades e da administração e controle de um fluxo migratório até então nunca visto, através da formação das comissões gerais e municipais espalhadas pelo interior.

Se por um lado havia pedidos e campanhas de donativos, por outro existiam os que cobravam uma intervenção do governo provincial na região, seja por meio da criação de obras públicas ou pela migração respaldada em lei. Nesse período as comarcas do interior começaram a pressionar o governo para uma atuação mais presente junto à população. Mesmo que parte da população baiana não soubesse ler ou escrever, pressionava os senhores de terras e autoridades locais para que tivessem assistência durante a seca. Entretanto, não significa que esse tipo de atitude levasse o sertanejo a ser um sujeito passivo, vitimado pela seca, pelo contrário, essa poderia ser uma estratégia de sobrevivência dentro de uma sociedade que primava pelo apadrinhamento, otimizando assim as relações sociais demandadas entre a camada abastada e os pobres da sociedade sertaneja.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Castro (2010, pág. 64), mediante as experiências acumuladas e a memória de estiagens anteriores, os trabalhadores do campo passaram a entender que a obrigação de ampará-los era do Estado, cobrando a assistência em tempos de estiagem. Em abaixo assinado de Morro do Chapéu de 1860, as autoridades municipais juntamente com fazendeiros locais reivindicavam a ajuda do poder provincial argumentando que o lugar era um dos pontos importantes da província por conta das quantidades de bois para o consumo da capital baiana.

Foram anexadas ao relatório de 1860, várias cartas e ofícios cobrando uma ação do governo sobre a migração da população por meio da Lei. Um ofício da Vila de Lençóis, aconselhava ao presidente que era necessário atender aos pedidos feitos pelas autoridades de Caetité, Macaúbas, Urubu, Villa da Barra, Xique-xique, Jacobina por conta do estado de sofrimento, pois, não havia abundância nessas vilas, por isso tornava-se indispensável a migração das populações das lavras diamantinas e auríferas. Seria o único meio de salvá-las da fome, já que estas eram consideradas nômades.

A população das lavras diamantinas é nômade por necessidade: vive exclusivamente da mineração de diamantes, e se alguma agricultura existe (nas lavras), esta não passa da cultura de hortaliças. Quando há água, e o diamante goza de bom preço, a população cresce, e a prosperidade é geral, e quando as coisas não correm favoravelmente, ela emigra, ou acumula-se nas Villas, procurando meios de vida. <sup>1</sup>

Não só as lavras estavam à mercê da seca e a migrar seja pela lei ou por iniciativa própria, a população pobre se dedicava a agricultura de subsistência próximas as vilas e arraiais. Gonçalves (2000) ressalta que a maioria dos arraiais pobres tiveram parte de sua população migrada, principalmente aqueles onde a destruição da lavoura havia sido mais intensa, como em Maracás, Queimadas e Vila Nova da Rainha. As aguadas existentes em sua maioria ficavam dentro das terras dos grandes fazendeiros, enquanto essas populações sofriam com a falta de água.

(...) as grandes fazendas, principalmente as ocupadas no cultivo de algodão e na criação de gado e extração de sal, situavam-se em torno das melhores fontes de água, enquanto as mais pobres, distribuídas no interior do território baiano, longe do rio São Francisco e do Recôncavo, sofriam com a falta de fontes de água duradouras. (GONÇALVES, 2000, pág. 23)

---

<sup>1</sup> Crise Alimentícia, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR\_SPR\_00105\_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 07

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Ferreira (2014), grandes extensões de terras e dos recursos naturais, principalmente os mananciais de água, pastagens e solos férteis ideais para a policultura, a pecuária e a mineração que era o maior cabedal político-econômico de algumas regiões do sertão estavam de posse de pessoas influentes e abastadas, coronéis que atuavam no momento da seca de 60 como intermediário entre o governo e a população sertaneja. Até mesmo as rivalidades que existiam entre os fazendeiros, em determinadas circunstâncias, como em época de calamidade causada pela seca, os grupos rivais deixavam as desavenças de lado e se uniam em prol de objetivos comuns, especialmente quando havia a possibilidade de rebeldia dos subalternos. Mas, tempos depois, entravam em batalhas judiciais para reaver posses de terras.

Os senhores utilizavam seu reconhecimento social, sua influência política e econômica para obter recursos do governo. Possivelmente, seus domínios locais estavam ameaçados ou com receio do protesto dos pobres pela falta de socorros. Em 1860, o presidente da Província recebeu um abaixo assinado promovido por alguns coronéis e autoridades municipais da região de Jacobina e Morro do Chapéu reivindicavam a ajuda do poder provincial.

Em 1861, o governo aprovou o *Regulamento de emigração: os meios de prover a emigração* que tinha o objetivo de organizar a migração legal e ordenada, fazendo com que os populares imigrassem para o litoral. Tanto a distribuição dos gêneros alimentícios quanto a organização e controle das migrações, eram feitas pelas mesmas comissões. Para o Estado era preciso controlar a migração desenfreada antes que ocorressem motins desses sertanejos nas grandes propriedades de terras.

A primeira a ser formada foi a Comissão de Compras que ficou centralizada na capital, composta pelo Tenente Coronel Gonçalo do Amarante Costa e do Negociante Geminiano Ferraz Moreira, tendo por finalidade a aquisição de artigos de primeira necessidade para enviar aos lugares onde as comissões distribuiriam para as pessoas mais necessitadas.

A Comissão Central ficava em Salvador, formada por membros de grande influência e pertencentes a diversas comarcas, o Barão de São Lourenço, o Barão de Cotegipe e o Conselheiro Provincial José Antônio Saraiva com a responsabilidade de decidir e julgar sobre o destino e a sorte dos emigrados. As Comissões Municipais e Paroquiais foram instaladas em quase todo território baiano, os cidadãos nomeados eram abastados de influência naqueles lugares, e notáveis por seus sentimentos de caridade. De acordo com o regulamento de emigração, os comissários gerais e municipais teriam o dever de auxiliar e promover a

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

emigração. Os sertanejos foram conduzidos para o litoral em caráter temporário. Os artigos orientavam as comissões gerais, paroquiais e municipais, sobre como promover e organizar as migrações legais amenizando os impactos da seca no interior.

As Comissões Gerais eram divididas em duas, uma no Sertão na comarca de Lençóis responsável pelas vilas/comarcas ou cidades de Lençóis, Rio de Contas e Maracás, na comarca de Urubu, responsável pela vila de mesmo nome, Caetité e Monte-Alto, na comarca de Barra do Rio de São Francisco, pela vila de Barra e Xique-xique, em Juazeiro pelas vilas de Juazeiro, Sento Sé e a comarca de Jacobina, em Jeremoabo, Monte Santo e Itapicuru sob a direção dos senhores Dr. Pedro da Silva Rego e Coronel Antônio de Souza Spinola. A outra Comissão sediada em Feira de Santana e presidida pelo Capitão Leonardo José Pereira Borges, servia de apoio para todas as caravanas que vinham dos sertões do São Francisco, dos sertões das Jacobinas.

A competência das comissões gerais era a compra nesta ou em outras províncias limites, os gêneros alimentícios, preferindo o feijão ao milho, e este a farinha e distribuindo-os com os comissários municipais dos distritos que requeresse, promovendo e auxiliando na emigração das caravanas, com no máximo cem pessoas. Recebendo os suplementos necessários mantendo o governo sempre informado de tudo. Convidar, por editais, afixados em diferentes lugares do seu distrito, as pessoas que quiserem emigrar. Estabelecer pontos de distribuição em lugares estratégicos para que os emigrados não sofressem necessidades alimentares.

Cada caravana tinha um diretor nomeado pelo comissário municipal, responsável pelo sustento e tratamento em cada parada comum, até que chegue ao local destinado. Tendo dois ajudantes escolhido por ele, para tratarem as enfermidades dos emigrados e auxiliarem no que era preciso. Acompanhavam a caravana alguns guardas para fazer a segurança dos gêneros, possivelmente por conta dos roubos provocados por outros famintos e retirantes.

Nenhuma caravana com menos de 100 pessoas, sem guia, ou seja, diretor poderia seguir ou emigrar de um para outro município, onde seria mais fácil e mais pronto completar o número da caravana. Bem como, não seguiriam sem ambulância e mantimentos necessários. Era obrigatório a matrícula de cada indivíduo, independentemente da idade. No artigo 17º estava explícito que onde quer que haja comissários haveria também livro de matrículas, em que fosse declarado o nome do emigrado, estado, sexo, idade, qualidade e a profissão. Ninguém poderia fazer parte da caravana sem matrícula.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As pessoas que adoeceram no caminho ou ficaram impossibilitados de viajar, foram encaminhados para os Comissários dos distritos que passaram a caravana, os quais, depois do tratamento conveniente, seguiriam na primeira caravana. Esta obrigação compreendia também os enfermos do lugar ainda não matriculados. Era proibido ao migrante estabelecer-se em uma das várias vilas em passagem ao destino determinado pelos agentes públicos, a não ser que fosse impedido de continuar a marcha devido a alguma enfermidade grave.

Nos últimos artigos do regulamento, a recompensa paternalista para os que seguissem todas as normas, era serem reconhecidos como indivíduos inteligentes, honrados, dignos de receberem uma nomeação se praticassem cura ou fossem médicos. Após o término da estiagem, era facultado ao retirante voltar ao seu município de origem ou permanecer no local para onde migrou, caso tivesse se estabelecido através de um emprego ou tornando-se colono em algum projeto de particulares ou do governo.

Observa-se que as *Instruções Públicas* e o *Regulamento de Emigração* obedeciam a uma regionalização do território baiano através da política de abastecimento de gêneros de primeiras necessidades e da administração e controle de um fluxo migratório até então nunca visto. Gonçalves (2000) afirma que tal regionalização obedecia tanto à proximidade geográfica, às relações políticas e socioeconômicas construídas historicamente, quanto às condições mais favoráveis de comunicação em uma época de caminhos intransitáveis, de alimentos e fretes a preços altos.

Apesar de não está na descrição dessas comissões, acrescento aos deveres delas, a distribuição de mão de obra dos retirantes das caravanas para as obras públicas. Assim, como auxiliavam os emigrantes que por conta própria e necessidade saíram de suas vilas em buscar de sobrevivência. O Capitão Leonardo Jose Pereira Borges, lastimando a passagem e migração de muitas pessoas que vinham de diversos pontos dos sertões sem rumo e por sua obrigação e dever, dava trabalho e comida a alguns.

Conseguiam emprego na distribuição de víveres, mas, Feira de Santana não comportava tantas famílias e pessoas, por isso, quando chegavam ao município, eles eram enviados para trabalhar na estrada de Santo Amaro. Apesar do governo baiano prezar pela mão de obra estrangeira na estrada de ferro que estava sendo construída de Santo Amaro a Juazeiro, muitos retirantes, foram mandados para o trabalho na nova ferrovia que iria modernizar a Bahia, comandados pela Junta de Engenheiros e a empresa inglesa responsável pela obra.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A criação das políticas de socorros públicos estava embasada na Constituição Imperial de 1824, no artigo 179 § 31, garantindo os socorros públicos, e na lei Nº 158/1842, que permite aos presidentes das províncias ordenarem despesas além das autorizadas por lei e ordens do governo imperial. Nunes (2009), afirma que:

(...) a política assistencialista do Estado imperial, assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública, mas que esta passa a está associada ao trabalho. Se a caridade nada pedia em troca, no caso dos socorros públicos oficiais, como passou a ser chamada a política de atendimento as vítimas da seca, esta não se revestia de uma caridade pública, pois passou a ser vista como política de investimento, não apenas para execução de obras públicas, mas da transformação de antigos pedintes e mendigos em trabalhadores. (NUNES, 2009, pág. 04)

Dessa forma, a proteção aos pobres em tempos difíceis, conectada aos laços pessoais de reciprocidade que perpassavam tanto a sociedade quanto o Estado, não tinha como, dadas as proporções de tamanha calamidade, permanecer circunscrita à esfera privada. Em 1862, o governo imperial estabeleceu o Decreto nº 2.884/1862, aceitando apenas gêneros alimentícios, dietas, medicamentos, vestuário e proibindo a caridade privada em forma de dinheiro.

Para a sociedade baiana o sertanejo não era civilizado e somente o trabalho árduo em obras públicas, cuja utilidade poderia ser revertida para a Província, onde se encontrava o emigrado, segundo Neves (2003) constitui-se no mecanismo de combate ao processo de degradação e preguiça, no qual se percebia a decadência física dos retirantes no interior, desnudos, descuidados e seus semblantes com os vestígios da fome, de horror e de desespero, mas que se destaca, talvez com maior ênfase, essa outra desgraça, não era menos lamentável que deixar inteiramente desaproveitado num ponto do Império os grandes números de homens validos, alimentados pela caridade pública, quando um imenso território estava reclamando braços.

Mas, para os migrantes que iam para as obras públicas, ocorria um estranhamento, já que estes vinham de atividades desenvolvidas na agricultura e pecuária e as atividades destinadas a eles eram marcadas por horários, prazos e normas rígidas.

(...) o sentido atribuído ao trabalho nas frentes de serviço era entendido como um meio de garantir a sua sobrevivência e a de sua família enquanto a seca perdurasse. Era apenas um meio de sobreviver enquanto a chuva não caía na terra e eles poderiam retornar as suas localidades. Essas atividades eram marcadas por

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

experiências totalmente diferentes daquelas relações estabelecidas em suas comunidades, as atividades desenvolvidas nas frentes de serviço eram pautadas em métodos racionais de produção, baseadas em uma forte hierarquia, horários e normas bastante rígidos. (SANTOS, 2014, pág. 69)

Ainda, segundo a autora, as ações que o governo tomou na tentativa de minimizar os efeitos das secas, foram medidas insuficientes, já que não atingiram as reais causas dos problemas, que não eram climáticas, mas sim relacionadas, sobretudo, com a estrutura socioeconômica e política da região. Entretanto, ratifico que a seca era um problema climático, social e político, mas, as essas medidas de urgências tomadas pelo Estado não davam conta de conter tamanha calamidade, as chamadas, atualmente de políticas emergenciais, não conseguiram atender toda a demanda da Província.

A partir da seca de 1857/1861, o governo provincial baiano começou a investir em construções de aguadas e açudes para combater a estiagem. As construções de pontes, açudes e estradas no interior, sob a orientação de autoridades zelosas diminuiria as consequências de futuras secas. Promovendo a abertura de poços, aguadas e açudes em localidades do Recôncavo e mesmo na capital, aproveitando-se o serviço da emigração e evitando o perigo da ociosidade, o governo amenizaria o quadro de crise a que se havia reduzido o interior da província.

Para as autoridades e senhores locais assim como da capital, era importante defender que a solução para o problema das secas passava pela correção secular do atraso no sertão. A construção de estradas era uma das saídas apontadas diminuindo os transtornos nas comunicações e desenvolvendo a região. Enquanto, a estrada de ferro e a de rodagem, contribuiriam para diminuir o isolamento desta região assim como possibilitaria a circulação de pessoas, gêneros alimentícios, transporte de mercadorias, água e a modernização técnica e cultural do sertão.

A seca de 1857/1860 foi a primeira a ser visibilizada e implementada as políticas de socorros públicos pelo Presidente da Província é a partir dela que se começa a pesquisar sobre o combate à seca, suas causas e consequências, mas só no século XX intensifica-se o estudo científico sobre as secas. A Fome de 60, contribuiu para o fortalecimento das ações de políticas assistencialistas no decorrer do século XIX e XX.

O impacto produzido pela seca está presente em todas as fontes e na bibliografia, mostrando a calamidade e relação de caridade entre as pessoas. Em contrapartida, os testemunhos escritos em alguns dos documentos ou textos também colocam o sertanejo como

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

invasor, na maioria das vezes em espaços indesejados modificando seus costumes, sua moral, tradições e o seu caráter perante a sociedade urbana civilizada.

No estado baiano houve uma má distribuição de açudes, talvez por causa das limitações físicas, mas principalmente pelos obstáculos sociais e econômicas, relacionados aos interesses particulares ou governamentais em detrimento do bem-estar da maioria da população. As ações que o governo tomou na tentativa de minimizar os efeitos das secas, foram medidas insuficientes, já que não atingiram as reais causas dos problemas, que não era apenas climáticas, mas estavam também relacionadas com a estrutura socioeconômica e política da região.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Lara de. “De retirantes a operários: Trabalho, resistência e conflitos nas obras contra as secas (1915-1919)”, *Revista PERSEU*, vol. 04, nº 5 (2010).

CASTRO, Lara de. *Enxadas e compassos: Seca, ciência e Trabalho no Sertão Cearense (1915-1919)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2009.

FERREIRA, Jackson André da Silva. “Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2014).

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2000, pp. 169.

NEVES, Erivaldo Fagundes. “O sertão como recorte espacial e como imaginário cultural”, In: *Politéia: História e sociedade*, v. 3, n.1(2003). pp. 153-162.

\_\_\_\_\_. “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?”, *Afro-Ásia*, n.19-20 (1997). pp.239-250.

NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, *Projeto História*, v.27 (2003), pp. 167-189.

NUNES, Francivaldo Alves. “Interesses e sentimentos caritativos nas ações de filantropia no Brasil (Caso da seca de 1877)”, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, nº I (2009).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SANTOS, Emily Rodrigues dos. *A seca é o inverno de muita gente*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.

THOMPSON, Edward Paul. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 páginas

## FONTES

Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

Crise Alimentícia, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR\_SPR\_00105\_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 07.

Máquina de fazer farinha. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR\_SPR\_00105\_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR\_SPR\_00105\_130605 – per 130605.1861.00001. Acessado em 11/05/2016. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>

Regulamento de emigração: os meios de prover a emigração, está disponível no Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR\_SPR\_00105\_130605.

Instruções, nº 7. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR\_SPR\_00105\_130605. Acessado em 11/05/2016. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>